

HIDROXICLOROQUINA: AMB DEFENDE AUTONOMIA DO MÉDICO

A Associação Médica Brasileira acompanha diversos estudos e pesquisas sobre a utilização de fármacos para tratamento ou quimioprofilaxia da Covid-19 que estão em curso no mundo inteiro. A avaliação é de que, até o momento, não existem estudos seguros, robustos e definitivos sobre a questão. Mesmo nos mais recentes, especialmente os da última semana, há várias fragilidades que impedem que sejam considerados conclusivos. Limitações foram alertadas pelos próprios autores, mas solenemente ignoradas por aqueles que parecem torcer pelo coronavírus.

Os holofotes da sociedade voltados para a pandemia, e em especial para a classe médica, por vezes acabam alimentando vaidades e ofuscando a percepção sobre a tênue fronteira entre o campo técnico-científico e o campo político/ideológico/partidário.

Quando, em 22 de maio, a revista *The Lancet* divulgou resultados de uma pesquisa que comprovaria a aparente ausência de efeitos da hidroxicloroquina no combate à Covid-19, causou espanto a reação de algumas pessoas e entidades: estavam comemorando!!!

Ficava claro ali que a discussão havia sido politizada. Afinal, o que justificaria tamanha euforia diante de notícia tão frustrante para a saúde da população? E justamente em um momento de ausência de tratamentos efetivos...

Dias depois, a *The Lancet* veio a público para se desculpar e informar que iria “despublicar” o estudo, a pedido dos autores. As “certezas” caíram por terra e o alarmismo contra o uso do fármaco silenciaram diante da perplexidade do caso.

Infelizmente, pouco se aprendeu com o episódio. Médicos, entidades, políticos, influenciadores e palpiteiros seguem monitorando estudos sobre o uso de hidroxicloroquina em pacientes acometidos pela Covid-19. Uns procurando provas de que se trata da salvação. Outros, de que é puro placebo. Ou pior: veneno (mesmo diante do fato de que os efeitos adversos são limitados e conhecidos há mais de cinco décadas). Muitos sairão da pandemia apequenados, principalmente médicos e entidades médicas que escolherem manipular a ciência para usá-la como arma no campo político-partidário.

É bastante provável que cheguemos ao final da pandemia sem evidências consistentes sobre tratamentos. E também sobre diversos outros aspectos próprios de uma nova enfermidade. Pois estudos adequados e robustos são caros e demorados. E estamos falando de uma medicação barata, que, portanto, não tem, nem terá financiamento da indústria que suporte os investimentos necessários para minimizar as incertezas.

“Análises criativas” dos atuais estudos permitem quaisquer tipos de interpretações. E vêm sendo usados de forma irresponsável pelos que tentam extrair deles conclusões que nem mesmo os autores se atreveram a patrocinar. Nesse cenário, os estudos recentes não podem ser considerados conclusivos, tampouco verdade científica, pois carecem de evidências.

O derby político em torno da hidroxiclороquina deixará um legado sombrio para a medicina brasileira, caso a autonomia do médico seja restringida, como querem os que pregam a proibição da prescrição da hidroxiclороquina. Essa restrição vai contra a própria Declaração de Helsinque: “No tratamento de um paciente individual, em que não existem intervenções comprovadas ou outras intervenções conhecidas foram ineficazes, o médico, após procurar aconselhamento especializado, com consentimento informado do paciente ou de um representante legal, pode usar uma intervenção não comprovada se, no julgamento do médico, oferecer esperança de salvar vidas, restabelecer a saúde ou aliviar o sofrimento. Essa intervenção deve ser posteriormente objeto de pesquisa, destinada a avaliar sua segurança e eficácia. Em todos os casos, novas informações devem ser registradas e, quando apropriado, disponibilizadas ao público”.

A AMB é signatária da Declaração de Helsinque, da WMA, juntamente com associações médicas de centenas de países. E tem o compromisso de defender a preservação da autonomia do médico. Também defenderá o Parecer 4/2020 do Conselho Federal de Medicina, que disciplina o assunto.

É importante lembrar que o uso *off label* de medicamentos é consagrado na medicina, desde que haja clara concordância do paciente. E que, sem a prática do *off label*, diversas doenças ainda estariam sem tratamento. Não se trata de apologia a este ou àquele fármaco. Trata-se de respeito aos padrões éticos e científicos construídos ao longo dos séculos.

Não podemos permitir que ideologias e vaidades, de forma intempestiva, alimentadas pelos holofotes, nos façam regredir em práticas já tão respeitadas. Não se pode clamar por ciência e adotar posicionamentos embasados em ideologia ou partidarismo, ignorando práticas consolidadas na medicina. Isso é um crime contra a medicina, contra os pacientes e, sobretudo, contra a própria ciência.

Diretoria da Associação Médica Brasileira